A SEIS MESES DAS ELEIÇÕES, EM MINAS GERAIS, CENÁRIO SEGUE INDEFINIDO

No dia 2 de abril faltavam exatamente 180 dias para o primeiro turno das eleições que ocorrerão em outubro. Nessa data, todos os cidadãos que desejam concorrer nas eleições teriam de estar filiados a um partido político. Prefeitos, governadores ou o presidente podem buscar reeleição permanecendo no exercício de suas funções, mas tiveram de renunciar ao mandato atual, com seis meses de antecedência, para disputar um cargo diferente daquele que já ocupam. Um dia antes, em 1 de abril, se encerrou também a chamada "janela partidária", isto é, aquele período em que políticos podem filiar-se a outro partido sem sofrer qualquer penalidade.

Em razão do vencimento desses prazos, nos últimos dias de março houve intensa movimentação entre candidatos e partidos que precisavam equacionar diferenças e se posicionar para a disputa dos próximos meses. Dos 77 deputados estaduais que compõem a Assembleia Legislativa, 26 mudaram de partido político. Isso corresponde a, aproximadamente, um terço dos parlamentares, conforme demonstra um levantamento feito pelo jornal **Estado de Minas** (5 abr. 2022). Além disso, muitos políticos devem disputar cargos diversos do que já ocupam. Na Câmara Municipal de Belo Horizonte, por exemplo, 12 vereadores vão pleitear uma vaga como deputados estaduais. Outros 11 buscam tornar-se deputados federais. Portanto, mais da metade do Legislativo da Capital pode ser substituído a partir do ano que vem.

Não obstante toda a movimentação dos últimos dias de março, persistem muitas indefinições. Partidos e federações partidárias terão até 5 de agosto para realizar suas convenções, nas quais se definirão os candidatos para compor chapas, bem como deverão ser aprovadas as coligações. Até agosto, portanto, mudanças no cenário são esperadas e, em certa medida, previsíveis.

A leitura que neste texto se faz da conjuntura eleitoral em Minas Gerais é, portanto, um retrato de momento, sujeito a alterações. Esse esforço analítico nasce do desejo de se delinear algumas tendências que começam a se demarcar na disputa eleitoral.

Com exceção da esfera municipal, todos os cargos da República estão sujeitos a mudança nesta eleição. No plano federal, serão definidos os cargos de presidente, um senador de cada Unidade da Federação e 53 deputados federais mineiros. No estado, serão reconduzidos ou substituídos o governador e os 77 deputados estaduais.

A DEMOCRACIA SOB ATAQUE

As eleições de 2022 só podem ser apreciadas à luz dos acontecimentos que dominaram o cenário político nos últimos anos. Desde as massivas manifestações ocorridas em 2013, houve crescimento da antipolítica e deslocamento do poder – anteriormente concentrado em partidos conhecidos e tradicionais – para legendas até então minoritárias e com escassa ou inexpressiva identidade ideológica.

Chegaram ao centro do poder certas forças políticas que antes existiam apenas na órbita de partidos como o PSDB ou o MDB. Não obstante todas as críticas que comumente lhes são feitas, essas agremiações se consolidaram como espaços de defesa das instituições democráticas. Encontram no PT e em outros partidos situados à esquerda do espectro político o antagonismo natural e necessário a uma sociedade pautada pelo Estado de direitos.

Em cerca de trinta anos, nenhum desses grupos se recusou a cumprir o acordo de convivência consubstanciado na Constituição Federal – à exceção do questionamento do resultado eleitoral pelo candidato derrotado na disputa presidencial de 2014, Aécio Neves (PSDB). Até mesmo esse questionamento foi feito dentro da legalidade e dos procedimentos previstos na legislação própria. Nem mesmo nesse caso mais extremo houve líderes políticos relevantes defendendo publicamente a ruptura institucional como veio a existir nos últimos anos.

Ainda em 2018, outras forças políticas surgiram, alçando subitamente aos Parlamentos novos personagens e velhas ideologias, graças à fama que esses cidadãos lograram nas redes sociais. As redes se tornaram espaços de circulação de notícias duvidosas – não raro, fraudulentas – e se converteram em arenas para embates agressivos e odientos.

As redes digitais tenderam a exponenciar aquilo que, mais amplamente, vinha acontecendo em outras esferas do debate público. Nos últimos anos, questões como a liberdade de expressão, por exemplo, foi adquirindo contornos quase homicidas, na medida em que se passou a defender, inclusive, ideologias favoráveis ao extermínio de pessoas diferentes e divergentes de certo ideário.

A esperada renovação política não aconteceu para melhor. De fato, a mera substituição do político tradicional pela pretensa novidade pode não implicar, necessariamente, um caminho trilhado na direção de uma política mais humanista. Em muitos casos, tratou-se apenas da repaginação de certos personagens e valores que passaram a ser apresentados como “nova política”. Emergiu toda sorte de reacionarismo, pregando o ódio a minorias. Cresceu a misoginia, multiplicando-se ataques de toda sorte às mulheres. Proliferou a ostentação orgulhosa do preconceito racial, da homofobia, do ódio aos pobres.

Nesse ambiente, a atitude relapsa, criminosa e negacionista que certos governos tiveram ante a pandemia levou, até agora, mais 660 mil brasileiros à morte. Nesse quesito, o governo Bolsonaro responde pelo fato de que o Brasil teve um número de vítimas assustadoramente maior do que outros países que fizeram pelo menos o básico daquilo que a ciência preconizava. A CPI da Covid minou aquela imagem ostentada de um governo sem corrupção, ainda que o bolsonarismo siga empunhando essa bandeira.

A má-fé esteve de braços dados com a incompetência, com o irracionalismo, com o fundamentalismo religioso e político. Essa combinação perigosa dominou não só o Ministério da Saúde, mas também o Ministério da Educação, mostrando os riscos de uma associação entre fé e política que não tenha compromisso com a defesa dos mais pobres e dos menos favorecidos na sociedade. A notícia de que pastores evangélicos cobravam propina em quilos de ouro e mercantilizavam bíblias em troca de verbas públicas pode entrar para a memória dos escândalos havidos no Brasil, que já é tão pródigo nesse campo.

Quase invariavelmente aqueles candidatos que, em 2018, tinham como plataforma o discurso antipolítico, capitularam frente às demandas reais do exercício do governo. No plano federal, o governo Bolsonaro cedeu às artimanhas e à voracidade do "centrão" – bloco político que o bolsonarismo sempre demonizou, pelo menos no discurso, mas do qual, efetivamente, sempre fez parte.

Sob esse ponto de vista, em Minas Gerais não foi muito diferente. Muitas das críticas que Romeu Zema fez como candidato acabaram se mostrando vazias ou apenas resultado do desconhecimento, que naquele momento ele possuía, sobre as formas como o Estado e o governo funcionam. Em alguns casos, as críticas feitas pelo candidato Zema se converteram depois, durante seu mandato, em cortes de despesas com pouca ou nenhuma significância no orçamento gigantesco do estado. Os cortes maiores vieram, na verdade, da supressão de serviços ou de políticas públicas, sufocadas estas pela escassa ou inexistente destinação de recursos.

Apesar da demonização da política, um governante após outro dessa geração, em todo o país, foi levado a constatar que não é possível cuidar da coisa pública sem estabelecer negociações. Em Minas, o governador acabou forçado a dialogar com os deputados estaduais (desprezados por ele, na campanha eleitoral, como personificação da política velha). Zema foi constrangido a negociar também com as forças de segurança, com o funcionalismo e com diversos setores organizados da sociedade mineira, ainda que as reclamações sobre a baixa disposição do governo para o diálogo nunca tenham cessado.

Em alguma medida, dois anos depois, as eleições de 2020 foram diferentes. O desejo de renovação a qualquer custo, que dominou entre os eleitores em 2018, deu lugar a um comportamento menos disposto ao risco. Reelegeram-se, em casos diversos, prefeitos bem avaliados por seu desempenho na condução da resistência e da sobrevivência frente à covid-19. Muitos analistas viram no medo e na insegurança gerados pela pandemia razões possíveis para essa mudança de atitude por parte do eleitor.

Hoje a questão que mais preocupa os brasileiros é a situação econômica do país. Houve aumento da pobreza, retorno da fome, alto índice de desemprego (11,2%) e baixa utilização da mão de obra. Cerca de 27 milhões de pessoas estão desempregadas ou subempregadas. É fato que o desemprego tem caído, motivado, talvez, pela retomada econômica pós-pandemia. Contudo, as novas contratações têm remuneração cada vez mais baixa, justamente num momento em que os preços dos alimentos, do remédio, do combustível... estão sempre mais altos. Esses dados são oficiais e foram publicados pelo **IBGE** (31 mar. 2022).

Os rumos da eleição de 2022 não são facilmente previsíveis. Tanto na disputa pela Presidência da República como pelo governo do estado, a análise predominante na imprensa é a de que estaria havendo uma "polarização" entre dois candidatos com maior pontuação nas pesquisas eleitorais. Esse raciocínio tem recebido muitas críticas por supor uma falsa equivalência, como se houvesse uma extrema esquerda propondo ataque às instituições democráticas do país, tal como existe uma extrema direita, personificada em Jair Bolsonaro e nos segmentos que ele representa.

Seja como for, aqui em Minas Gerais, no entanto, acontecimentos do início de abril tornaram o cenário bem mais complicado, de modo a já não ser possível reduzir o embate das próximas eleições a duas forças polarizadas. É exatamente essa leitura dos fatos que se fará nestas páginas. Aqui no estado, vem se organizando diversos campos de força fundamentais. Pelo menos três deles têm chances reais de vencer a disputa.

Turbulências ameaçam o projeto de reeleição de Romeu Zema

O governo Zema manteve uma relação conturbada com a Assembleia Legislativa e sofreu derrotas importantes em votações estratégicas ao longo de mais de três anos. Mesmo agora, a poucos meses do fim do seu mandato, o governo reúne apenas dezesseis parlamentares em sua base, cumprindo à risca o número mínimo de deputados exigido pelo regimento interno da Casa para a existência de um

bloco. (Hoje são sete os partidos que constituem a base aliada: Avante, Novo, Podemos, PP, PSC, PSDB e Solidariedade).

Em tempos de campanha eleitoral, a congregação de vários partidos pode ser importante para conseguir chegar mais facilmente até o eleitor. O maior número de deputados, o apoio de prefeituras em cidades do interior, a existência de uma militância envolvida com a campanha são ativos que podem facilitar. Para o partido do governador, no entanto, essa não é apenas uma questão tática ou pragmática. O Novo tem sustentado, no discurso, a pretensão de pureza: a negociação natural entre forças políticas aparece como sinônimo de negociata, como se a formação de uma coalizão fosse, por si só, um ato ilícito ou censurável.

Outra bandeira do Partido Novo foi a renúncia ao Fundo Eleitoral de Financiamento de campanha. No entanto, uma análise publicada pela revista **Veja** (6 mar. 2022) demonstra que o partido vem enfrentando dificuldades para manter seu credo: em 2018, 88,8% da arrecadação da legenda provieram de contribuições privadas. Já em 2021, essa arrecadação teria caído a zero. Esses dados são contestados pelo Partido Novo na publicação, mas não há informações sobre quais seriam, então, os números corretos.

> A situação preocupa pelo pressuposto de que o partido deveria depender do apoio voluntário do seu eleitor. O sumiço de apoiadores financeiros coincide com a evasão de filiados pelo partido: o número foi de 49 mil em 2019 para 31 mil em janeiro de 2022, uma perda de mais de 30% em três anos. (**Veja**, 6 mar. 2022).

Na imprensa, vem sendo dito que, neste ano, o Novo já se decidiu a realizar coligações, reservando a candidatura ao Senado para algum partido aliado. Houve indicativos, no entanto, de que a coligação poderia vir a ser mais ampla, com a cessão da vaga de vice-governador a um nome União Brasil (UB), partido recém-criado pela fusão de DEM e PSL. O nome que vinha sendo cogitado para a vaga de vice-governador era o do deputado federal Bilac Pinto (UB) que foi secretário de Governo e acabou se demitindo, ainda em 2019, quando o governador vetou o reajuste salarial em três parcelas que Bilac Pinto negociara com as forças de segurança.

Ao que parece, no entanto, prevaleceu a pretensão do Novo de apresentar-se como “partido puro”. Esse é um valor que a legenda ostenta por, supostamente, não acolher políticos “tradicionais” em sua chapa. Ainda nos primeiros dias de abril, começou a circular a notícia de que o Novo indicaria, para compor a chapa como vice-governador, alguém de seus próprios quadros. O ex-secretário geral do

Estado de Minas Gerais Mateus Simões ocupará a vaga, ao mesmo tempo em que coordena a campanha de Zema. Apenas a candidatura a senador seria, então, destinada a uma das legendas aliadas.

Não há muito tempo circulou notícias sobre um convite para que Romeu Zema saísse do Novo e se filiasse ao MDB. Isso não prosperou, mas pode permanecer o interesse por uma composição entre ambos, sobretudo depois que o senador Carlos Viana migrou para o PL e se apresentou como candidato a governador apoiado por Bolsonaro. De que forma o MDB entraria nessa chapa ainda segue obscuro. Enquanto a definição não acontece, o MDB lançou a candidatura de Paulo Piau, ex-prefeito de Uberaba, como candidato a governador. Esse, porém, tem sido considerado apenas um movimento tático para o MDB negociar junto ao Novo em melhores condições.

Há claros benefícios em uma coligação com o MDB e/ou com o União Brasil. Esses partidos possuem bancadas numerosas nos Parlamentos, muitos prefeitos eleitos em vários municípios. Além disso, o Novo encontraria uma forma de ter acesso ao gigantesco fundo eleitoral de que ambos os aliados potenciais são detentores e do qual abriu mão em função de sua ideologia da autossustentação dos partidos políticos. Segundo estimativa publicada pelo portal **Uol**, o União Brasil, sozinho, receberá R$ 770,07 milhões, correspondentes a 15,73% do total. O MDB tem direito a R$ 356,72 milhões (ou 7,28% do Fundo Nacional). Trata-se de uma soma superior a R$ 1 bilhão. Obviamente apenas uma fração desse valor viria para Minas Gerais, mas isso não torna o montante menos interessante. (**Uol**, 3 mar. 2022).

É preciso lembrar também que o governo Zema tem outros aliados que, na articulação eleitoral, parecem esquecidos na formação da chapa. Agir, Avante, Cidadania, Podemos, PP e PSDB são aliados potenciais da candidatura Zema à reeleição. Na imprensa, tem sido chamada a atenção para o fato de que o PSDB, por exemplo, foi um parceiro do governo Zema desde o início, não obstante o fato de Antonio Anastasia, na época filiado ao PSDB, ter sido derrotado no segundo turno de 2018. Ao longo desses últimos anos, algumas vezes os analistas lembraram essa peculiaridade de um partido (o PSDB) que passa a integrar um governo em cuja disputa foi derrotado.

Não apenas isso. O vice-governador Paulo Brant havia se filiado ao Novo em 2017, pelo qual disputou a eleição vitoriosa com Romeu Zema. Entretanto, transferiu-se para o PSDB em 2021. As relações do PSDB também passaram pela indicação de secretário de estado ou pelo exercício da liderança de governo na Assembleia Legislativa. Apesar disso, tem circulado a notícia de que o PSDB não tem sido considerado na composição da chapa de reeleição e que haveria de lançar candidatura própria. Entretanto, as declarações públicas do Novo e do PSDB não confirmam esse mal-estar que estaria acontecendo entre ambos.

Por fim, Zema pode perder o apoio do PP após a articulação conduzida pelo bolsonarismo para ter, como palanque do atual presidente em Minas, a candidatura do senador Carlos Viana (PL), como discutido adiante. Consta que o ministro da Casa Civil e presidente do PP, Ciro Nogueira, vem sendo pressionado para que o diretório nacional do partido defina apoio à candidatura de Viana aqui em Minas.

ZEMA TEM DE LIDAR COM AS BARREIRAS CONSTRUÍDAS AO LONGO DO SEU GOVERNO

A adesão do Partido Novo a uma ideologia antipolítica cobrou um alto preço do governo Zema. Os quatro anos de mandato, que terminam dentro de alguns meses, foram marcados pelo constante tensionamento com a Assembleia Legislativa. Esse comportamento belicoso com o outro Poder tem sido uma marca do bolsonarismo com que, em grande medida, o governador compactuou publicamente e com o qual surge umbilicalmente ligado.

No entanto, diferentemente do que ocorreu no plano nacional, o governo Zema não foi capaz de constituir uma base parlamentar de apoio. Em 2020, chegou a haver uma circunstância em que deputados do partido do governador (Novo) votaram contra um projeto do governo. Houve momentos críticos e pautas decisivas que até foram aprovadas, mas no tempo e no modo definidos pelos deputados, e não da forma e no tempo desejados pelo governo.

São numerosos os exemplos de situações desse tipo. A destinação dos recursos pagos pela Vale após a destruição que a empresa causou em Brumadinho, assim como os projetos de privatização que seguem travados são apenas alguns desses casos. O mais notável deles, porém, é a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) que, até agora, apesar de muita pressão, Zema não conseguiu que fosse votado pela Assembleia.

Esse Regime de Recuperação Fiscal é uma proposta de ajuste das contas públicas feita pelo Tesouro Nacional e ao qual o Estado de Minas Gerais teria de aderir. São propostas impopulares com consequências graves para o funcionalismo e para a população de Minas Gerais. Teme-se que inúmeras perdas de serviços hoje prestados pelo governo possam ocorrer. Além disso, existe forte oposição às privatizações como solução preferencial para o desajuste das contas públicas. Trata-se de uma proposta que envolve não apenas aspectos técnicos, mas também convicções ideológicas e suscitam um forte debate nos setores organizados da sociedade.

Não existe prazo definido para a votação desse Regime, mas esta tem sido uma questão candente que vem se arrastando desde o início do mandato de Zema. O atual governo defende que essa seria a única forma de renegociar a dívida de R$ 140 bilhões com a União. Apenas uma medida cautelar estabelecida pelo Supremo tem livrado o estado mineiro de pagar a dívida, mas isso pode mudar a partir de maio. Os deputados de oposição entendem que a adesão ao RRF, neste último ano de mandato, implicaria criar constrições para os próximos dois governos (Executivo e Legislativo) e que teria de haver outra saída, negociada politicamente.

Entrando já o mês de abril deste último ano de mandato, o governo Zema ainda está tendo de lidar com um conflito que ele mesmo criou ao capitular ante as forças de segurança numa negociação salarial feita em 2019. O governo negociou um reajuste salarial, em três parcelas, destinado às forças de segurança, deixando no prejuízo as demais categorias do funcionalismo público. O fato chamou a atenção da imprensa nacional. Governadores de outros estados criticaram duramente a decisão de Zema. Internamente, o governo passou a sofrer uma crise que levou, inclusive, à renúncia do secretário de governo Bilac Pinto (UB), como já mencionado acima.

Esse assunto é objeto da mais recente queda de braço entre os dois Poderes que ainda está em andamento. Na tentativa de chegar a uma solução para o impasse, o governo Zema decidiu conceder, neste ano, uma recomposição salarial de 10,06% a todos os servidores do estado, vetando um aumento de 14% aos trabalhadores da segurança e da saúde, e barrando um reajuste de 33,24% ao setor da educação. Além disso, o governo concedeu uma retroatividade que incidiria apenas sobre o salário das forças de segurança, criando assim uma diferença no tratamento com os demais servidores.

Ainda cabe à Assembleia aprovar ou derrubar o veto do governador à decisão da Assembleia que equiparou os direitos de todas as categorias de servidores, mas já há notícias de que, se o Parlamento derrubar o veto, o Executivo poderá apelar à Justiça.

PESQUISA MOSTRA CENÁRIO DE INDEFINIÇÕES

Em meados de março, uma pesquisa Quaest/Genial (**Estado de Minas**, 18 mar. 2022) atribuiu 34% das intenções de voto ao governador Romeu Zema. Se esse cenário se confirmasse, haveria uma chance considerável de reeleição do governador em primeiro turno. Alexandre Kalil aparecia em segundo lugar, nessa mesma pesquisa, com 21% das intenções de voto. Outros candidatos, somados, chegariam a 22%. Em outros cenários pesquisados, Zema chega a 40%, todos os demais somariam 36% dos votos válidos. Num eventual segundo turno, Zema (com 49%) venceria Kalil (33%).

O governo de Zema é bem avaliado pela população, como constata a pesquisa Quaest/Genial: 41% dos respondentes o veem positivamente. 36% o consideram regular e apenas 17% não o aprovam. Quase um terço (27%) diz que o governador se saiu melhor do que o esperado, contra 21% que pensam o contrário. 45% não se dizem surpreendidos quer positivamente quer de forma negativa. Esse último número parece indicar que as expectativas eram mínimas e, portanto, não havia espaço para surpresa positiva ou negativa.

Outro dado importante é que o governo Zema é bem avaliado no interior do estado, tendo obtido um índice positivo (43%) superior ao que obteve na capital (33%) e na região metropolitana (38%). Daí a constatação de que Zema seria reeleito se dependesse apenas de sua votação no interior do estado (39%) onde Kalil teria apenas (12%). Na Capital, os números se invertem: Zema seria derrotado, obtendo apenas 23% dos votos, contra Kalil que, vitorioso, agregaria 46%.

Embora o cenário seja predominantemente positivo para Zema, isso não significa, contudo, que as eleições estejam definidas. Na pesquisa espontânea (sem apresentação de uma lista de candidatos), constata-se que 52% dos eleitores não definiram seu voto. Outros 33% dizem ainda estar indecisos.

Além disso, a mesma pesquisa traz má notícia para o governador que sempre tirou proveito de sua identidade ideológica com o bolsonarismo. Zema perde votos quando se explicita seu vínculo com o presidente Bolsonaro. Ao contrário, seu oponente mais bem sucedido nas pesquisas, Alexandre Kalil (PSD), encontra efeito exatamente oposto quando se revela sua vinculação com o ex-presidente Lula (PT). Associado a Bolsonaro, o governador Zema cai a 35% de intenção de votos. Ao contrário, quando associado a Lula, o ex-prefeito da capital Alexandre Kalil chega a 49% dos respondentes da pesquisa.

Números como esses podem ter motivado uma significativa mudança no cenário eleitoral. Apesar da identidade com o bolsonarismo, lideranças importantes da pré-candidatura Zema passaram a ter um comportamento evasivo, declarando seu apoio a Luiz Felipe D'Ávila, pré-candidato do Novo à Presidência da República. Tais lideranças se dizem defensoras da chamada "terceira via", recusando à suposta polarização que presumem existir entre Lula (PT) e Bolsonaro (PL).

Uma certa demora em se posicionar e o discurso evasivo de lideranças no entorno do governador foram sinais lidos pelo bolsonarismo como um acanhamento intolerável. Sem o apoio aberto de Zema, havia o risco de Jair Bolsonaro ficar sem um palanque em Minas Gerais.

É senso comum entre os analistas políticos que, historicamente, candidato nenhum conseguiu vencer uma eleição presidencial sem ter ganhado a eleição em Minas Gerais. Assim o bolsonarismo projetou uma candidatura que pudesse representar abertamente os interesses eleitorais do atual presidente

aqui no estado. Não está claro se isso representa apenas uma tática eleitoral a ser revertida caso Romeu Zema se assuma como representante do bolsonarismo, ou se a candidatura de Carlos Viana (PL) será efetiva. Essa resposta deverá ser obtida nos próximos meses.

BOLSONARISMO SE PREPARA PARA A DISPUTA ELEITORAL EM MINAS GERAIS

Os números apresentados acima estão, agora, bastante relativizados pela mudança no cenário com a reapresentação da candidatura do senador Carlos Viana (PL), transformada em palanque para o candidato a presidente, Jair Bolsonaro (PL).

Nos últimos dias, o PL ganhou adesões de lideranças reconhecidas politicamente em Minas Gerais, passando de dois para nove deputados estaduais, atraídos pela filiação de Jair Bolsonaro à legenda. Também o senador Carlos Viana – que havia sido eleito em 2018 pelo PSD e migrado em 2021 para o MDB – chega agora ao PL para ser o candidato a governador. Deve compor a chapa como candidato a senador, Marcelo Álvaro Antônio (PL), que é deputado federal e ex-ministro do turismo do governo Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, Viana tem desempenhado a função de líder do governo no Senado. Segundo o próprio senador, a articulação que o torna candidato a governador do estado teria partido do próprio presidente da República. Declarações do deputado estadual Léo Portela (PL) a um programa de rádio parecem confirmar esse relato. O parlamentar dá sinais de que, aqui no estado, a legenda – que é da base do governo Zema – pretendia apoiar a reeleição do governador. Ao que parece, a mudança de rumo foi feita sem diálogo com a bancada estadual. (**O Tempo**, 7 abr. 2022).

Entre os analistas desses acontecimentos recentes, há consenso em afirmar que a candidatura de Zema à reeleição é a que mais sofrerá impacto da entrada de Carlos Viana com o apoio de Bolsonaro. Reconhece-se que os eleitores bolsonaristas seriam também eleitores naturais de Romeu Zema, mas tendem a migrar para Carlos Viana.

Já se fala em um redesenho diverso, em que não haveria mais polarização entre dois candidatos apenas. Parece pouco plausível, no entanto, supor a emergência de uma "terceira via", a exemplo daquilo que, na imprensa, se acredita ter acontecido em 2018. Alguns analistas começam a falar de uma ruptura no campo até então ocupado pela direita e pela extrema direita que, por aqui, vinham mais ou menos unificadas em torno de Romeu Zema.

Existem projeções de que Zema pode perder metade de seu eleitorado, com a migração dos bolsonaristas para Carlos Viana. Em tal cenário – ao menos por enquanto utópico –, poder-se-ia caminhar para um empate técnico entre os três principais candidatos (Zema, Kalil e Viana). Permanecendo o desenho atual, fica cada vez mais remota a chance de se definir a eleição para governador em primeiro turno.

Neste momento, porém, essas são apenas especulações que não encontram ainda amparo em pesquisas. Ainda pode levar algum tempo até que essas articulações se confirmem e só então cheguem ao conhecimento do eleitor. Daí a constatação de que alguns meses podem ser necessários até que se percebam as novas tendências.

Do que foi dito acima, resta a constatação de que o cenário eleitoral, no início de abril, é ainda nebuloso. Existem candidaturas postas neste momento, mas tendem a desaparecer, incorporadas por outras com maior potencial de angariar votos. É comum que candidatos e partidos se lancem na disputa apenas de maneira tática para garantir melhores condições de negociação tanto no processo eleitoral como, posteriormente, integrando a partilha de cargos no governo eleito.

Há que se considerar, além disso, que boa parte das decisões eleitorais será tomada nos meses subsequentes, principalmente entre junho e agosto quando acontecerão as convenções partidárias. Até lá, certas decisões táticas vão sendo tomadas pelos partidos com o mesmo objetivo de criar condições. Algumas delas, se mantidas, consolidam-se como ganhos; de outras, podem abrir mão no processo de negociação, como uma concessão feita em prol da aliança. O caminho que vai dos movimentos táticos até o desenho final adotado na coalizão que compõe uma chapa costuma ser tortuoso e nem sempre previsível.

Pode ser difícil prever, neste momento, se a chapa constituída no PL terá efetivo suporte do bolsonarismo ou se esta é apenas uma tática para forçar a candidatura do Partido Novo a dar palanque para Jair Bolsonaro já no primeiro turno. Esta é uma partida que se encontra em andamento. As próximas semanas tendem a mostrar se esse apoio do presidente da República se converte em uma escolha efetiva que favorece Carlos Viana, ou se o investimento político real tende a assumir uma postura mais ambígua, servindo-se de Viana e de Zema.

KALIL LANÇA CHAPA SEM COMPOSIÇÃO COM O PT

Existem indefinições do tipo descrito acima também na chapa de Alexandre Kalil (PSD). Durante o mês de março, vinha se desenhando um movimento de aproximação entre o ex-prefeito da capital e o ex-

presidente Lula. Era dada como certa uma aliança entre ambos e seus partidos. Naquele mês, os dois pré-candidatos fizeram declarações públicas amistosas.

O candidato a vice-governador é o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Agostinho Patrus, que estava então filiado ao PV. Essa legenda deve compor a federação que está sendo constituída por PT, PV e PCdoB. Portanto, parecia clara a intenção de que Kalil e Lula se apoiassem reciprocamente, ainda que houvesse pendências a serem ajustadas, como, por exemplo, qual partido indicaria o nome para a vaga de senador.

Persiste, de fato, um impasse quanto a essa questão. O PT possui um pré-candidato ao Senado, que é o deputado federal Reginaldo Lopes. No entanto, o senador Alexandre Silveira (PSD) também tem interesse em buscar sua reeleição. Ambos são eleitoralmente viáveis. Na pesquisa Genial/Quaest referida acima, os candidatos mais bem posicionados na disputa pelo Senado estão tecnicamente empatados na margem de erro (2,5%): pelo Cidadania, o candidato Cleitinho Azevedo teve 13%; Reginaldo Lopes (PT) alcançou 10% e Alexandre Silveira obteve 8%.

ENTENDA AS FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS

As federações são uma forma nova de união entre partidos para disputar eleições, com o compromisso de atuarem conjuntamente por quatro anos.

Saiba mais sobre essa mudança assistindo à aula sobre esse tema produzida pela Casa Comum – Formação Política de Cristãos Humanistas – Nesp e proferida pela professora Dra. Juliana Gallindo.

Assista ao vídeo no *canal* do Nespvideos: https://www.youtube.com/user/nespvideos

O fato é que, no começo de abril, Agostinho Patrus migrou para o PSD. Pouco depois, em uma reunião ocorrida em Brasília e amplamente divulgada na mídia, aparecem juntos, como uma chapa formada, Alexandre Kalil, Agostinho Patrus e Alexandre Silveira. A maioria dos analistas viu, nesse ato, a criação de um fato consumado, com consequências diversas. Mesmo notórios aliados de Kalil externaram alguma estupefação diante dessa decisão.

É necessário reconhecer que a aproximação entre o PSD e o PT não chegou a ser um consenso. Em março, houve prefeitos de cidades do interior mineiro e deputados que mostraram contrariedade frente a essa aliança que vinha se desenhando. O deputado federal Diego Andrade (PSD) chegou a declarar, referindo-se a sua legenda, que "metade do partido não caminhará nessa direção" (**O Tempo**, 28 mar. 2022). Não há como avaliar se tal afirmação é apenas arroubo retórico ou se aí se expressa um dado de fato, mas ela dá sinais de que a resistência antipetista ainda encontra ressonância forte no meio político, mesmo se tratando de um partido com comportamento notadamente pragmático como o PSD.

A questão parece mais complexa. Lula é favorito em Minas Gerais, com 46% das intenções de voto, segundo a Genial/Quaest. Bolsonaro teria 21%. Kalil aparece em segundo lugar nessa mesma pesquisa. Ainda que tenha um bom desempenho no entorno da capital, terá de garantir a interiorização de seu eleitorado. A escolha de Agostinho Patrus como candidato a vice-governador pode contribuir nesse quesito. Contudo, a associação com Lula poderia aumentar as chances eleitorais de Kalil. Já se chamou a atenção acima para o fato de que essa associação aumenta a intenção de votos no ex-prefeito de Belo Horizonte.

Há que se considerar também que, sem Kalil, o pré-candidato Lula ficaria sem um palanque em Minas Gerais. Em um dos cenários traçados na pesquisa aqui considerada, o PT é representado pelo pré-candidato Daniel Sucupira, mas obteve apenas 1% nas intenções de voto. O sentido de se ter um "palanque" no estado, hoje, tende a ser mais metonímico: trata-se de um modo de se dizer que o candidato à Presidência terá, no estado, alguém para fazer sua candidatura chegar até às menores cidades.

Não obstante o quadro de indefinições, para os analistas políticos parece claro que ambas as candidaturas têm dependência recíproca. No fechamento desta edição de ***Contextus***, circula a notícia de que uma consulta foi feita ao TSE para avaliar a possibilidade de que a chapa de Kalil tenha dois candidatos a senador. Em tal caso, ambos os candidatos ao Senado disputariam dentro da mesma chapa.

Caso o TSE descarte à existência de dois candidatos a senador em uma mesma chapa – Alexandre da Silveira (PSD) e Reginaldo Lopes (PT) –, pode ser que o Partido dos Trabalhadores declare um apoio à chapa de Kalil, ainda que não indique nomes para compô-la.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva da Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Desde o início de 2021 (edição n. 43), a produção e a publicação do *Contextus* passaram a ser realizadas pela *Assessoria de Monitoramento de Agentes Públicos*, serviço de análise política criado e coordenado pelo Nesp para acompanhar a conjuntura política nos 28 municípios que compõem a área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205
30.535-901 - Belo Horizonte – MG
Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp poderá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASPAM
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves